



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo Fundamentos do Serviço Social: formação profissional do/a Assistente Social

Conservadorismo: pontuações sobre sua emergência e desenvolvimento.

Mileni Alves Secon¹

Resumo: O presente artigo é um ensaio teórico tendo por objeto o Conservadorismo em sua origem e desenvolvimento. Buscamos refletir como movimento de resistência as lutas emancipatórias no século XVIII, se constituiu em uma construção teórica, científica que se apresenta nos dias atuais refutando as lutas da classe trabalhadora e sua manutenção como classe explorada. Pontuamos que o conservadorismo, mais que uma filosofia ou teoria é um modo de pensar e analisar a sociedade a partir da manutenção da ordem social, da hierarquia e de valores tradicionais que repelem toda forma de luta em defesa da emancipação de toda humanidade.

Palavras-chave: Conservadorismo; Serviço Social; Burguesia;

Abstract: The present article is a theoretical essay that examines conservatism in its origins and development. We seek to reflect on how this movement, which emerged as a form of resistance to the emancipatory struggles of the 18th century, established itself as a theoretical and scientific construction that currently functions by refuting the struggles of the working class and perpetuating its status as an exploited class. We argue that conservatism, more than a philosophy or theory, is a way of thinking and analyzing society based on the maintenance of social order, hierarchy, and traditional values that reject any form of struggle in defense of the emancipation of all humanity.

Keywords: Conservatism; Social Work; Bourgeois class

INTRODUÇÃO

Analistas políticos apontam que o debate sobre o conservadorismo ganha maior visibilidade em períodos de intensa polarização política, frequentemente impulsionado por reações a pautas progressistas, crises econômicas ou durante processos eleitorais. Sobre o conservadorismo, não há uma única definição com relação a sua natureza; ou seja, se uma teoria, uma corrente ou uma ideologia. No Serviço Social brasileiro, é mais, comumente, identificado com um pensamento conservador e que perpassa a profissão em sua trajetória sócio histórica. Ao defini-lo como pensamento, entende-se que ele responde por um conjunto de valores, princípios, teorias, reflexões e ações que interferem na condução da sociedade e que rebatem na ação profissional do Serviço Social.

Ao refletirmos sobre o Serviço Social, a articulação entre o pensamento conservador e o

¹ Assistente Social na prefeitura municipal de Londrina e docente temporária na Universidade. Estadual de Londrina. Doutora em Serviço Social e Política Social. milasecon@yahoo.com.br.



Serviço Social é um dos pilares da crítica à profissão, uma vez que esta última emerge, historicamente, como uma das respostas da sociedade burguesa à "questão social". No Brasil, o debate sobre a gênese do Serviço Social demonstra como a profissão foi, em sua origem, fortemente influenciada por vertentes conservadoras, positivistas e funcionalistas, sendo convocada a atuar justamente na interface entre a "integração" dos indivíduos desajustados, sem moral à manutenção da ordem social.

O pensamento conservador no Serviço Social manifesta-se através da perspectiva de que as expressões da "questão social" — como a pobreza, o desemprego e a marginalidade — seriam problemas de "desajustamento" individual ou familiar perante as normas vigentes. Ao atuar sob essa lógica, o assistente social, em sua vertente conservadora, assume o papel de um agente de normalização. Em vez de confrontar as raízes estruturais da desigualdade, a intervenção profissional acaba por operacionalizar políticas que buscam "adaptar" os indivíduos às exigências do sistema capitalista, tratando a questão social como uma falha de conduta ou uma ausência de valores morais ou de não adaptação ao desenvolvimento social e econômico do país.

Desta forma, compreender a gênese deste pensamento e como este se expressa na sociabilidade capitalista permite que tenhamos a capacidade de realizar a reflexão crítica e alçar novos rumos a profissão.

Temos que a gênese do pensamento conservador se encontra delimitada entre os séculos XVIII e XIX, emergindo como uma reação visceral às transformações sociopolíticas impulsionadas pela ascensão da burguesia, especificamente no contexto das Revoluções Inglesa e Francesa. Conforme as análises de Netto (1992) e Escorsim Netto (2011), esse pensamento consolida-se no bojo das reações aos movimentos revolucionários europeus do século XIX, os quais tornaram evidente o potencial de insurgência e a organização da classe operária.

A partir dos marcos revolucionários de 1789 (França) e 1848 (Europa central), consolidam-se dois protagonistas sociopolíticos com projetos de sociedade antagônicos: a burguesia e o proletariado. Nesse cenário, a burguesia, outrora classe revolucionária, assume uma postura conservadora e antidemocrática ao identificar que a radicalização da igualdade ameaçaria a ordem da propriedade privada. Para preservar sua hegemonia, o projeto burguês passa a operar através de mecanismos de repressão — tanto física quanto ideológica —, utilizando o aparato estatal e a deslegitimação do discurso proletário para neutralizar a força política da classe trabalhadora.

Alguns autores como Nisbet (1986) estabelecem uma classificação em relação ao conservadorismo: o Romântico e o Moderno. Para este autor, enquanto o Conservadorismo Romântico surge como resultado da resistência às Revoluções Francesa e Inglesa, valorando a moral e hierarquia social medieval historicamente ultrapassada, o Conservadorismo moderno remete à origem da sociedade capitalista, sugerindo a manutenção da ordem burguesa, quando esta abre mão de seus valores emancipatórios.



Para Romano (1981), no conservadorismo romântico, há uma resistência às mudanças drásticas que se expressavam na defesa de valores como individualismo, secularismo e igualitarismo. Valores que recebiam convergir para “desarticulação orgânica existente na sociedade feudal” e que exigiam esforço para a regeneração social. A este respeito, Romano (1981 apud LACERDA; GUEDES, 2006, p. 1) salienta:

[...] a regeneração social e política só seriam possíveis no próprio interior dos tempos, retornando-se a um estado originário [...]. não se trata de uma proposta que aventa um retrocesso cronológico, mas que se preocupa com a incorporação de elementos novos, advindos da revolução, desde que conciliados com a retomada de valores e relações da era medieval.

A defesa desses valores medievais seria necessária para enfrentar relações sociais enfraquecidas pelos valores emancipatórios que produziria uma “massa incoerente e confusa de átomos individuais.” (NISBET, 1986, p. 68). As novas relações sociais, voltadas ao ‘EU’, provocariam problemas uma vez que as partes da sociedade ficassem maior que o ‘TODO’. Tal defesa, para esses conservadores, os leva a buscar filtrar toda e qualquer mudança pelo crivo da tradição, e não do pensamento filosófico. Ou seja, mudanças baseadas na racionalidade tendem ao fracasso, uma vez que só os princípios baseados na moral tradicional são aceitáveis. Há um ideal de que o homem deva participar em sua vida de práticas ritualísticas, cerimoniais e adorações. Nessa lógica a família como grupo social é sagrada e não deve passar por mudanças; nela cada indivíduo desenvolve um papel: pai, mãe, filhos. Alterações racionais, individuais trariam caos para esse grupo fazendo-o perder a referência da hierarquia e autoridade.

Diferentemente das classificações tipológicas, Escorsim Netto (2011) enfatiza o processo de consolidação do conservadorismo como pensamento hegemônico por meio da mudança de função da burguesia. Ao assumir o poder político e institucional, a classe burguesa promove uma ruptura com sua própria tradição progressista, empenhando-se em “eliminar ou neutralizar os (seus) conteúdos subversivos, sobretudo os vinculados a sua dimensão emancipatória” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 47).

A retração burguesa desloca os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade para o campo estritamente formal-jurídico, destituindo-os de sua viabilidade econômica para as massas. Nesse contexto, a defesa da propriedade privada e a necessidade de readequar o tecido social para a manutenção do capital levaram a burguesia a buscar suporte teórico na sociologia clássica — notadamente em Durkheim — para justificar o controle social e a estabilidade das instituições.

Esta ressalta que há uma ruptura com a tradição progressista da burguesia, o que a torna conservadora, pós Revoluções Francesa e Inglesa. Ao deslocar o poder da monarquia para a Assembleia, acabar com os feudos, estabelecer novas relações de igualdade jurídicas para os indivíduos e assumir o poder político, a burguesia recuou ao desprezar seus valores emancipatórios e aos poucos foi se deslocando para uma postura conservadora de manutenção do poder; valores como liberdade, igualdade e fraternidade ficaram reduzidos as



normas legais, mas sem as devidas condições econômicas para os indivíduos desfrutarem dos seus direitos. A defesa da propriedade privada e do poder do Estado colocou à burguesia a necessidade de (re) adequar seus valores para a manutenção da ordem.

DESENVOLVIMENTO

As Revoluções empreendidas pela Burguesia, no século XVIII e XIX, trouxeram transformações radicais às estruturas sociais da época. Dentre estas: o fim do feudalismo, monarquia, o privilégio do clero e a defesa de valores como igualdade, liberdade e fraternidade sustentados pelo projeto da Ilustração. Tais transformações propiciaram que uma via de resistência se formasse como contrarrevolução defendendo valores e princípios tradicionais. Para Nisbet, (1986, p. 65), esse pensamento representa “[...] uma resposta direta à Revolução Francesa, que teve o mesmo impacto, sobre a mente dos homens, que tiveram as revoluções comunistas e nazistas no século XX.” Ou seja, o surgimento do pensamento conservador é, historicamente, um movimento de resistência e oposição às transformações em curso na Europa frutos das revoluções emancipatórias.

Consideramos como demarcação da gênese desse pensamento conservador, em sua expressão romântica, a obra de Edmund Burke, “*Reflections on the Revolution in France*” nos anos de 1790. Para ele, a sociedade era um organismo natural no qual prevalecem as ideias do indivíduo sobre todo.

A defesa de um todo orgânico impunha papéis aos indivíduos, o que para Burke, significava a necessária denúncia de valores nos quais se ancoravam a Revolução Francesa e Inglesa que teriam trazido para a sociedade a defesa da soberania popular. A partir de ideais que tem como uma de suas fontes, a metafísica cristã, o autor, vinculava a defesa dessa soberania à concepção de um ‘EU’ (indivíduo) como ser absoluto, o que afastaria o homem de Deus. O ‘EU’ seria predominante sobre o ‘TODO’.

Há nesta interpretação de “todo orgânico” a defesa de um corpo social que se assemelha à metáfora cristã do corpo místico de Cristo, cujas partes não podem ser desvinculadas da sua centralidade, a condução divina. De forma similar, a sociedade era interpretada como algo além da vontade dos indivíduos, e, portanto, não poderia ser desmembrada em indivíduos. Defende-se, nessa interpretação de:

[...] um todo iluminado que apresenta frestas por onde a luz passa e dá a impressão de que existem partes autônomas. Quanto mais estas partes projetadas a partir do “Todo” se afastam dele, mais delineia seus limites, ampliando a impressão de autonomia, porém, este afastamento é apenas um processo em que, no seu auge, quando os homens imaginarem-se Deus, iniciar-se-á o retorno à divindade (LACERDA; GUEDES, 2006).

E, se a sociedade é todo orgânico, as alterações societárias devem ser lentas e processadas por todos. Qualquer alteração que possa desestruturar a formação social (o todo) estará atentando contra a ordem e a moral, e prejudicando o seu desenvolvimento harmonioso.



Assim, “[...] os indivíduos não devem buscar a transformação da sociedade, mas fazer parte dela harmonicamente cumprindo a sua função e deixar que a providência divina faça as devidas modificações.” (LACERDA; GUEDES, 2006)

A noção de coesão para Burke (2014) é central uma vez que entende que a sociedade é um todo harmônico e algo orgânico, como um organismo no qual cada indivíduo exerce seu papel. A possibilidade de, pós Revolução Francesa, que trabalhadores de diferentes profissões fossem considerados como sujeitos iguais, livres e com direitos iguais, para o autor, iniciava uma ruptura com a tradição da desigualdade, necessária para o estabelecimento da ordem. Para o autor, não é digno de honra ter profissões servis que se colocam como iguais em patamares de direito com outras profissões consideradas mais nobres. Essa igualdade para ele não combate a discriminação, mas sim pode criar uma guerra civil contra a própria natureza.

Ainda para Burke (2014), o homem tem direito a fazer individualmente qualquer coisa que não lese outros homens, também tem o direito a uma “justa porção” de tudo que a sociedade pode realizar em seu favor, de acordo com suas aptidões e capacidades individuais:

Tudo o que cada homem individualmente pode fazer, sem lesar os outros, ele tem o direito de realizar; e ele tem também direito a uma justa porção de tudo que a sociedade, mediante combinações de sua aptidão e de sua força, pode fazer a seu favor. Nessa associação, todos os homens têm direitos iguais, mas não as mesmas coisas (BURKE, 2014, p. 88).

No âmbito da Revolução Francesa, para Burke e para a tradição conservadora que ele representava, questionou-se o direito natural das “instituições”: da família, da igreja; das pequenas corporações. Essas tiveram seus valores, tradições e costumes questionados e considerados inviáveis para a nova ordem societária baseada na razão e em novos tratados e acordos. Na família, por exemplo, as mudanças, aos poucos modificam seus papéis. Considerada uma instituição forte e segura e por vezes sagrada, era nela que os costumes, as tradições e valores eram repassados e se perpetuavam na sociedade.

Escorsin Netto (2011), identifica que a função social do pensamento conservador, consoante a linhagem intelectual que sucede Edmund Burke, é indissociável da defesa dos interesses das frações da classe dominante do *Ancien Régime*, notadamente a nobreza fundiária e o alto clero. Esse pensamento articula-se em torno de um projeto de restauração que, entre o Congresso de Viena (1815) e a Revolução de Julho (1830), revela-se empiricamente inviável. A irreversibilidade das transformações impostas pela consolidação do modo de produção capitalista torna obsoletas as perspectivas restauracionistas, relegando-as ao campo da utopia reacionária. A irreversibilidade desse processo histórico — caracterizada pela hegemonia da lógica de acumulação de capital e pela consolidação do Estado burguês — transcende a mera inviabilidade do projeto de restauração; ela impõe uma alteração qualitativa na função sócio-histórica da própria burguesia.

Ao transcender sua fase progressista e revolucionária, a burguesia, uma vez estabelecida como classe dominante, abdica de seu papel enquanto representante do conjunto



do corpo social. Se, no embate contra as estruturas feudais, a burguesia logrou hegemonia ao apresentar-se como o motor das liberdades universais, o momento de sua consolidação marca o recuo para a defesa de interesses estritos e particularistas. O protagonismo revolucionário, portanto, é substituído por uma postura defensiva, voltada à preservação da ordem institucional que ela própria erigiu.

Nesse cenário, a cultura moderna deixa de ser um instrumento de emancipação e passa a sofrer um processo de readequação a nova classe burguesa. O que antes servia para questionar a "ordem natural" do absolutismo, deve ser agora redimensionado para salvaguardar a estabilidade da propriedade privada e a coesão social. A cultura burguesa, esvaziada de seu conteúdo transformador, torna-se o veículo ideológico para a manutenção do *status quo*, operando no sentido de neutralizar as tensões inerentes às contradições de classe.

A transição da burguesia de classe revolucionária para classe conservadora não ocorre sem um correspondente teórico. Uma vez que o projeto emancipatório torna-se uma ameaça à ordem instituída, a produção intelectual do século XIX — e, posteriormente, o campo da sociologia — sofre uma inflexão deliberada. Se, no período de ascensão, o foco residia na crítica ao arbítrio e na defesa das liberdades, a maturidade do sistema capitalista demanda a criação de instrumentos de gestão e controle social.

Nesse sentido, a sociologia clássica, com destaque para a vertente durkheimiana, cumpre a função de fornecer uma fundamentação "científica" para a manutenção da coesão. Ao tratar a sociedade como um organismo em busca de equilíbrio e os conflitos de classe como "patologias" ou "disfunções" que precisam ser sanadas, essa sociologia retira o foco da exploração econômica e o desloca para a integração normativa.

Portanto, a "cultura moderna" é, em última análise, redimensionada para operar na legitimação ao transformar a estrutura de dominação capitalista em um sistema de normas aceito como "natural" ou "necessário" e a neutralização para despolitizar a classe trabalhadora convertendo as reivindicações por direitos emancipatórios em meras demandas de ajuste social.

A alteração da funcionalidade sociopolítica do pensamento conservador no século XIX não se limitou a uma mudança de retórica; ela impôs uma reestruturação profunda em sua própria arquitetura teórica. O período compreendido entre 1830 e 1848 configura-se como um *interregno* analítico — uma fase de transição em que o conservadorismo ensaia um movimento de ruptura com o ideário reacionário burkeano, ao mesmo tempo em que antecipa as premissas que orientariam sua consolidação no período pós-1848.

A transição teórica é ilustrada pela produção intelectual de Auguste Comte e Alexis de Tocqueville, cujas obras funcionam como a "ponte" entre o conservadorismo antiburguês e a nova postura antiproletária. Embora partam de matrizes distintas, ambos os autores convergem para o diagnóstico de que a ordem burguesa é irreversível. Diante desse horizonte, suas elaborações teóricas buscam conjurar a instabilidade social:

Contudo, é o cenário sociocultural pós-1848 que demarca a ruptura definitiva: o



pensamento conservador perde seus traços antiburgueses residuais e assume, abertamente, a defesa da ordem vigente contra o antagonismo revolucionário-socialista.

Essa mudança de função social implica uma reconfiguração da própria natureza do pensamento conservador. Ao alinhar-se incondicionalmente à preservação do modo de produção capitalista como a produção de um conhecimento Científico-Social, na qual a sociologia e da teoria política se transformam em instrumentos de gestão e controle, nos quais a crítica radical às contradições de classe é substituída pela busca por mecanismos de coesão, neutralizando o potencial subversivo do projeto emancipatório.

Dessa forma, o conservadorismo pós-48 consolida-se não apenas como uma oposição política, mas como uma estratégia científica de manutenção do *status quo*, legitimando a ordem burguesa como a estrutura única possível para a estabilidade da civilização moderna.

Em suma, o pensamento conservador não é apenas um resíduo nostálgico, mas uma estratégia pragmática. Ele marca o momento em que a burguesia, ao consolidar sua vitória política, percebe que a manutenção de seu poder requer o abandono do universalismo iluminista

Para Escorsim Netto (2011, p. 53):

O pensamento conservador de Durkheim – e nisto também se manifesta a conjuntura da ordem burguesa pós-48 - constrói-se para enfrentar a questão social. Antiliberal por excelência, Durkheim entende que há que se induzir uma ação social consciente e planejada para impedir que a sociedade (burguesa) se desintegre [...].

É com Durkheim que o pensamento conservador alcança sua maturidade, sendo refuncionalizado a favor da ordem burguesa. O autor irá construir uma teoria que apresenta as orientações para modelar a sociedade em face desse desenvolvimento capitalista. Ele considera que é necessária a garantia da homogeneidade na sociedade, sua ordem, sua coesão, e a chave para isto está na educação, a partir do momento em que se enquadra “a alma” da criança para integrar esta sociedade.

Com a educação, Durkheim estabelece uma diferenciação entre os homens de sensibilidade e os homens de ação, argumentando que nem todos os homens são dados à reflexão, cabendo a cada um ter seu lugar e função nessa sociedade para garantir a harmonia para o trabalho. Lembramos que esse argumento vai de encontro a necessidade de força de trabalho para a expansão capitalista.

Em relação à educação, o autor a compreende como um fato social necessário para socializar os indivíduos e que educar é preparar ou forçar a criança para a participação na sociedade, como futuros homens. Se assim não for, as crianças passarão a agir como selvagens. Por isso a educação deve instigar a disciplina e a obediência, esta primeira considerada como instrumento da moral uma vez que a ausência da disciplina coloca as crianças confusas sem reconhecer os valores morais de uma sociedade, como certo e errado, bem ou mal.



No texto “A Educação Moral”, Durkheim (2008), afirma que a ausência de disciplina causa até sofrimento na criança por esta desconhecer esses valores morais, haja vista que, o homem é governado pelo egoísmo e pelas paixões carecendo ser disciplinado desde sua tenra idade. Essa disciplina é que consegue garantir a reprodução de valores morais compreendidos como ideais para a sociabilidade burguesa, fato necessário para manter a coesão, a ordem a integração e o controle. Essa educação pela disciplina não objetiva o conhecimento, a ciência, mas é uma necessidade social para transformar o homem num novo ser: obediente e consciente de seu lugar na sociedade burguesa.

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que não estão ainda maduras para a vida social. Tem por objeto suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais, que requerem dela, tanto a sociedade tanto a sociedade política em seu conjunto, quanto o meio especial ao qual ela é mais particularmente destinada (DURKHEIM, 2008, p. 53).

Assim a educação é necessária para garantir a ordem e o Estado deve ser o grande responsável por isso como fator necessário para ter sob seu controle as orientações e disciplinas junto às crianças. A educação proposta por Durkheim caminha para a manutenção, via rigorosa disciplina, uma educação moralizante, convencendo a sociedade de que a disciplina garante o comportamento humano para a nova sociedade em intensa expansão industrial. O autor avançou em forjar as futuras gerações para manutenção da sociabilidade burguesa e seu desenvolvimento.

Outro importante autor do Conservadorismo Moderno foi Talcott Parsons, que após anos de estudos apresentou sua teoria sobre a “ordem social”, num momento em que a discussão sobre a escolha racional e utilitária ganha expressão; em finais dos anos de 1930 nos Estados Unidos. Ele defende uma sociologia baseada na macro-sociologia; na estrutura, nos grupos sociais, porém não descarta o papel do indivíduo nessa relação. Para Parsons, a sociedade precisa ser reconhecida como um sistema estável e, para isso, os homens devem reconhecer que há um sistema de normas integrado. Assim, os indivíduos devem reconhecer esse sistema de valores comuns e serem regulados pelo mesmo só para posteriormente poderem agir. Há, na teoria do autor, uma lógica que cria uma estrutura de valores morais que precedem a existência dos próprios indivíduos.

Parsons desenvolveu uma complexa teoria “voluntarista da ação” na qual apresentou várias questões para superar a relação positivista-idealista, a qual segundo críticos não foi realizada. Contudo, em relação ao Pensamento Conservador, ele atesta que a ordem social (categoria do conservadorismo), não é algo imposto ao indivíduo, mas resultado da interiorização e interação desses sujeitos.

Para o autor, o elemento coercitivo interior é resultado de uma expressão humana e o elemento coercitivo exterior ocorre independentemente da vontade humana, o que faz com que os indivíduos naturalizem um sistema de valores comuns, sendo esse introjetado, formando as personalidades individuais (MELO, 2012, p. 136).



Assim, cabe aos indivíduos adequarem-se aos valores comuns da sociedade. O autor tem influência do pensamento de Durkheim, Weber e Freud, na construção de uma teoria fundada na valorização da ordem social como estática, a partir da qual os indivíduos devem interiorizar os valores morais (sem violência ou disciplina). Há em Parsons uma idealização da sociedade, uma vez que para ele, o conjunto de regras morais antecede o homem, numa ideação de uma sociabilidade não construída pelos mesmos, como se já existisse a priori.

Enquanto Durkheim entendia a sociedade como um organismo, Parsons entende a mesma sociedade como um sistema. Para Parsons a educação é basilar para formar sistemas sociais, integrando-os; e também, para manter a coesão desses sistemas. Considera que a educação é a chave para que os indivíduos possam internalizar e reproduzir os valores morais para a manutenção desses sistemas.

O autor compreende a sociedade como a unificação de 4 sistemas: cultural, social, político e econômico, e para que haja a organicidade entre os eles, considera necessário um processo de adaptação; a consecução de objetivos; a integração e a manutenção da estrutura. Esses sistemas, para ele, são semelhantes aos sistemas da natureza.

Para Vares (2011), nas obras de Parsons,

A sociedade é vista como uma espécie de organismo, unívoco e funcional. O indivíduo cumpre etapas evolutivas se adaptando gradativamente à vida social. Neste aspecto, as teorias freudianas oportunizaram a Parson abertura para explicar, através da subvenção de sistemas e subsistemas, a integração e adaptação gradual do indivíduo à vida societária. A identidade aparece como fruto da articulação de sistemas estruturados. O subsistema cultural, por exemplo, é onde se absorvem valores, informações e regras que permitem ao indivíduo inserir-se e manter-se em sociedade, atuando dentro de um padrão considerado salutar.

Percebe-se que na teoria Parsoniana, que não há questionamento sobre a sociedade e suas relações sociais; sobre a internalização de regras, valores e hábitos transmitidos via educação. O indivíduo nessa teoria é um objeto a ser manipulado por sistemas “alheios” a sua construção, deixando sua capacidade de construir e produzir novos valores e moralidade como ser social relegada à sociabilidade burguesa.

A sociologia norte-americana do século XX, capitaneada por Talcott Parsons, consolidou o paradigma sistêmico como a principal ferramenta analítica para a teorização da ordem social. Em um contexto marcado pela ascensão de abordagens utilitaristas e da teoria da escolha racional na década de 1930, Parsons propôs uma macro-sociologia que, embora integrasse a agência individual, subordinava a ação humana a um sistema estável de normas integradas.

Nesse arcabouço, a socialização não é um processo democrático de construção de sentidos, mas um mecanismo de interiorização: o sistema de valores comuns é introjetado pelo sujeito, moldando sua estrutura de personalidade. A coerção, portanto, deixa de ser meramente externa e física para tornar-se uma dimensão subjetiva (MELO, 2012). O indivíduo torna-se um agente que, ao adaptar-se ao sistema, reproduz a ordem estabelecida sem oposição.



Como bem observa Vares (2011), essa perspectiva concebe a sociedade como um organismo unívoco. A identidade individual é apresentada como o produto da articulação de subsistemas estruturados, onde o subsistema cultural dita os padrões considerados "salutares". Consequentemente, a teoria parsoniana deslegitima o questionamento crítico, tratando o indivíduo como um objeto de manipulação por sistemas alheios à sua própria construção histórica.

Outro autor adepto da teoria de que a sociedade é um sistema foi Robert Merton, estudioso de Parsons que avançou na sua concepção de teorias médias, ou seja, sua teoria não era explicativa para o conjunto da sociedade como as metanarrativas. Alguns autores apontam que Merton não construiu uma teoria, mas sim um método de observação e interpretação da realidade. Para Merton, a sociedade não é tão harmônica, e algumas disfunções podem ser importantes para a construção da sociabilidade (OLIVEN, 2009).

Segundo Oliven (2009), Merton, ao abordar a sociedade como um conjunto de sistemas, defende que aqueles grupos e indivíduos que não se apropriam do sistema burguês estão num estado de anomia e portanto carecem de intervenções necessárias para garantir a volta ao sistema normatizado. O estado de anomia depende dos padrões de sociabilidade de determinada organização social. Como exemplo, podemos citar uma família cujos membros estão desempregados. Numa sociedade burguesa onde o trabalho é tido como o caminho para o sucesso e sustentação do capital, esta família destoa em sua coesão social, não se adequando ao sistema e vivendo num estado de anomia. Cabe, então, a esta sociedade criar os meios para intervir nesta família voltando a harmonizá-la.

Robert Merton, ao refinar o paradigma sistêmico, desenvolveu as chamadas "teorias de médio alcance", que, embora operem em um nível menos abstrato, mantêm a lógica de preservação do sistema. Para Merton, a disfunção é uma possibilidade dentro da estrutura, mas não deve ser confundida com a necessidade de mudança estrutural.

A transição do conservadorismo europeu do século XIX para o funcionalismo norte-americano representa a sofisticação da "ciência da ordem". Tanto Parsons quanto Merton transmitem a noção de que as desigualdades e o mal-estar social são problemas de "ajuste" ou "anomia", e não contradições políticas inerentes ao modo de produção capitalista. Assim, a sociologia é convertida de um instrumento de compreensão histórica em um aparato de gestão e perpetuação da estrutura burguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A permanência do pensamento conservador em suas sucessivas metamorfoses históricas revela uma capacidade contínua de transferir para a esfera individual a responsabilidade pelas contradições inerentes à sociedade burguesa. Ao categorizar as expressões da "questão social" não como o resultado das tensões estruturais entre capital e trabalho, mas como manifestações de supostas anomias ou desajustamentos morais, o



conservadorismo logra naturalizar o conflito de classes. Como pontua Iamamoto (2002), essa vertente teórica tende a confinar a análise aos contornos imediatos da realidade, priorizando o empirismo de casos particulares em detrimento da apreensão crítica da totalidade social.

No curso dessa trajetória, a sociologia consolidou-se como um instrumento teórico funcional aos interesses do capital, adaptando-se às sucessivas exigências da ordem burguesa. Desde os precursores até as formulações sistêmicas contemporâneas, observa-se uma desvinculação proposital de qualquer crítica fundamental ao sistema, elegendo como prioridade analítica a adaptação dos indivíduos ao aparato de normas e valores vigentes. O pensamento conservador, portanto, reatualiza-se ao enfatizar a coesão, a ordem social e a idealização de papéis individuais, convertendo essas categorias em pilares necessários para a harmonia de um todo que se pretende estático. Embora a forma de suas construções teóricas se transmute, o propósito político de perpetuação do *status quo* permanece inalterado.

Em contrapartida a essa lógica de contenção, a crítica marxiana denuncia a limitação intrínseca da sociabilidade burguesa, que impede o homem de alcançar sua realização plena, reduzindo-o a um objeto subordinado aos imperativos da produção em vez de constituí-lo como sujeito de sua própria história. Sob a ótica de Marx, a emergência da sociologia como ciência responde justamente às necessidades de reprodução da sociedade burguesa, elaborando um corpo teórico que busca explicar a ordem social mediante a supressão do conflito de classes. É nesta perspectiva que expoentes como Augusto Comte e Émile Durkheim representam o refinamento do pensamento conservador, apresentam saltos qualitativos que permitem à ciência social conformar-se perfeitamente às exigências do capitalismo. Assim, o que se apresenta como rigor científico no interior da sociologia clássica é, na verdade, a sofisticação ideológica necessária para garantir a estabilidade de uma estrutura que se recusa a ser questionada em sua essência contraditória.

Desta forma, ao refletirmos sobre o Serviço Social, a articulação entre o pensamento conservador e o Serviço Social é um dos pilares da crítica à profissão, uma vez que esta última emerge, historicamente, como uma das respostas da sociedade burguesa à "questão social". No Brasil, o debate sobre a gênese do Serviço Social demonstra como a profissão foi, em sua origem, fortemente influenciada por vertentes conservadoras, positivistas e funcionalistas, sendo convocada a atuar justamente na interface entre a "integração" dos indivíduos desajustados e a manutenção da ordem social.

O pensamento conservador no Serviço Social manifesta-se através da perspectiva de que as expressões da "questão social" — como a pobreza, o desemprego e a marginalidade — seriam problemas de "desajustamento" individual ou familiar perante as normas vigentes. Ao atuar sob essa lógica, o assistente social, em sua vertente conservadora, assume o papel de um agente de normalização. Em vez de confrontar as raízes estruturais da desigualdade, a intervenção profissional acaba por operacionalizar políticas que buscam "adaptar" os indivíduos às exigências do sistema capitalista, tratando a questão social como uma falha de conduta ou uma ausência de valores morais.



O debate contemporâneo sobre o conservadorismo e o Serviço Social demarca que precisamos recuperar a crítica ao conservadorismo ao retomar a análise de totalidade e aos fundamentos de sua origem. O conservadorismo não é um "fantasma do passado" que desapareceu com o movimento de reconceituação, mas uma força que se renova a cada nova conjuntura de crise do capital.

A superação do conservadorismo no exercício profissional, portanto, não é apenas um desafio teórico, mas um imperativo ético para aqueles que compreendem o Serviço Social como uma profissão comprometida com a liberdade e a emancipação humana.

REFERENCIAS

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. Tradução de José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro, 2014.

DURKHEIM, Émile. **A educação moral**. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

JAMES, Willian. **Pragmatismo e outros textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

LACERDA, Lélica Elis Pereira de; GUEDES, Olegna de Souza. Do conservadorismo à moral conservadora no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 8, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_lelica.htm>.

MELO, Marina Félix. Talcott Parsons na teoria sociológica contemporânea. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 12, n. 136, p. 130-140, 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NISBET, Robert. Conservadorismo e sociologia. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC. 1986. p. 62-76.

OLIVEN, Ruben Georg. **Metabolismo social da cidade e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/mth59/pdf/oliven-9788579820120-00.pdf>>

ROMANO, Roberto. **Conservadorismo romântico: origem do totalitarismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981

VARES, Sidnei. **Talcott Parsons e a configuração do estrutural funcionalismo**. 2011. Disponível em: <<https://revistaparametro.wordpress.com/2011/04/16/talcott-parsons-e-a-configuracao-do-estrutural-funcionalismo/>>.